

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Gislaine Cristina Ferreira Konzen

**UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO GOVERNO COLLOR, DE 1990 ATÉ O SEU  
*IMPEACHMENT***

Santa Cruz do Sul

2020

Gislaine Cristina Ferreira Konzen

**UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO GOVERNO COLLOR, DE 1990 ATÉ O SEU  
*IMPEACHMENT***

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Oscar Graeff Siqueira.

Santa Cruz do Sul

2020

**RESUMO**

O presente trabalho teve o objetivo de descrever brevemente o histórico dos planos econômicos anteriores ao governo Collor, demonstrando as medidas econômicas adotadas no Plano Collor I e no Plano Collor II e analisando as políticas econômicas implementadas pelo governo Collor, no período de 1990 até o seu *impeachment*. Ademais, descrever, analisar e comparar as políticas macroeconômicas adotadas no governo Fernando Collor de Melo, em uma tentativa de investigar as diferenças e possíveis semelhanças entre os planos econômicos adotados e, assim, responder ao problema de pesquisa, que questiona: Qual a importância para o Brasil, da política econômica adotada pelo governo Collor, de 1990 até o seu *impeachment*? A metodologia do trabalho pautou-se pela pesquisa bibliográfica, histórico-descritiva, explicativa e exploratória, com análise predominantemente descritiva e baseada em métodos comparativos. No decorrer deste trabalho, com a descrição sobre o governo Collor, pode-se concluir que suas diversas tentativas, esforços, medidas econômicas e medidas adotadas para o controle da inflação e de outros agregados macroeconômicos foram de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, atingindo-se o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, é possível acreditar-se que se o Presidente Collor não tivesse se envolvido nos escândalos de corrupção e desvio de recursos públicos, poderia ter levado seu governo até o final, pois houve mais eficácia e eficiência em suas medidas econômicas do que ineficácia e medidas não efetivas em seu governo.

**Palavras-chave:** Inflação. Plano Collor. *Impeachment*.

## **ABSTRACT**

This work aimed to briefly describe the history of economic plans prior to the Collor government, demonstrating the economic measures adopted in the Collor I Plan and in the Collor II Plan and analyzing the economic policies implemented by the Collor government, in the period from 1990 until its impeachment. Furthermore, describe, analyze and compare the macroeconomic policies adopted by the Fernando Collor de Melo government, in an attempt to investigate the differences and possible similarities between the adopted economic plans and, thus, answer the research problem, which asks: What is the importance for Brazil, from the economic policy adopted by the Collor government, from 1990 until its impeachment? The methodology of the work was guided by bibliographic, historical-descriptive, explanatory and exploratory research, with a predominantly descriptive analysis and based on comparative methods. In the course of this work, with the description of the Collor government, it can be concluded that its various attempts, efforts, economic measures and measures adopted to control inflation and other macroeconomic aggregates were of paramount importance for the economic development of Brazil, reaching the research objective. In this sense, it is possible to believe that if President Collor had not been involved in the corruption scandals and embezzlement of public resources, he could have taken his government to the end, as there were more successes than errors in his government.

**Keywords:** Inflation. Collor Plan. Impeachment.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1.1	Problema de pesquisa.....	5
1.2	Objetivos .....	7
1.2.1	Objetivo geral.....	7
1.2.2	Objetivos específicos.....	7
1.3	Justificativa .....	7
1.4	Metodologia .....	8
<b>2</b>	<b>OS PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES AO GOVERNO COLLOR.....</b>	<b>9</b>
2.1	Breve histórico dos planos econômicos anteriores ao governo Collor ..	9
2.1.1	Plano Cruzado I.....	10
2.1.2	Plano Cruzado II.....	12
2.1.3	Plano Bresser .....	13
2.1.4	Plano Verão .....	15
<b>3</b>	<b>O GOVERNO COLLOR E OS SEUS PLANOS ECONÔMICOS .....</b>	<b>17</b>
3.1	Os planos econômicos do Governo Collor .....	17
3.1.1	Plano Collor I .....	17
3.1.2	Plano Collor II.....	20
3.2	As políticas macroeconômicas dos Planos Collor I e II.....	23
3.2.1	Políticas monetária e cambial.....	23
3.2.2	Política fiscal.....	25
3.3	O processo de <i>impeachment</i> do Presidente Collor .....	27
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS PLANOS ECONÔMICOS COLLOR I E II .....</b>	<b>30</b>
4.1	Análise do Plano Collor I .....	32
4.2	Análise do Plano Collor II .....	35
4.3	Abordagem Conclusiva.....	36
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da crise econômica que assolava o País, durante a década de 1980, e com uma dívida externa crescente, devido às altas taxas de juros, além de um processo de inflação crônica, o povo brasileiro vinha perdendo o poder de compra, nesse período. Necessitava, assim, de um governo que adotasse planos econômicos, a fim de recuperar a economia, que estava estagnada.

Depois do governo José Sarney e da tentativa frustrada do Plano Cruzado – o qual, inicialmente, havia atingido seus objetivos, diminuindo o desemprego e a inflação –, na qual os salários foram congelados, com o passar do tempo, esse Plano não correspondeu mais à expectativa desejada. Foi colocado em prática o Plano Cruzado II, que também fracassou, causando o aumento excessivo de preços, propiciando, assim, o ressurgimento da inflação em patamares elevados.

O Plano Bresser, por sua vez, promoveu congelamento de preços e salários por três meses. Já o Plano Verão, um novo congelamento de preços, redundando todas essas tentativas em fracasso. Com isso, o governo Sarney encerrou seu mandato com recessão econômica e altas taxas de inflação.

Na esperança de um controle da inflação e de melhora na economia, foi eleito Fernando Collor de Mello, após uma acirrada eleição, em 1989. Chegou ao poder em 1990, com a grande responsabilidade de criar e adotar medidas econômicas, monetárias e fiscais, no intuito de estabilizar os índices inflacionários, trazer desenvolvimento econômico e o fim da corrupção.

A promessa eleitoral de acabar com a inflação e combater a corrupção o fez vencer as eleições. Todavia, Collor percorreu um trajeto bastante conturbado, no cargo de Presidente da República, que o levou à perda do poder, conforme será visto, neste trabalho. Desse modo, este trabalho buscará analisar economicamente o governo Collor, a partir de 1990, mostrando a sua política econômica e como o mercado reagiu a ela, no início de seu governo, em 1990, até o seu *impeachment*.

### 1.1 Problema de pesquisa

Diante de um quadro caótico, o desafio do novo presidente, eleito em 1989, era criar condições de governabilidade em um País no qual a inflação anual havia

alcançado, naquele ano, 1.792% a.a. e a moeda da época (o cruzado) não tinha valor (VILLA, 2016).

Cenário este no qual não restava outra opção a não ser de usar o dólar como referência monetária.

Collor foi um presidente eleito com forte promessa ao povo, durante sua campanha eleitoral, de combater e derrubar a inflação. Assim, num primeiro momento, seu governo necessitava urgentemente de um plano de estabilização para resgatar a economia do País, que estava à beira de um colapso. Era preciso reestruturar tanto a organização presidencial quanto os ministérios.

Diante de tanto aumento de preços, e com a inflação nos dois primeiros meses de governo chegando aos 169,72% a.a. (VILLA, 2016) o Presidente Fernando Collor de Mello reuniu os ministros e apresentou várias medidas provisórias. Discursou dizendo:

O Brasil está cansado da indignação retórica que durante anos alimentou o mar de complacência em que estiveram mergulhadas boa parte das elites dirigentes. O povo exige indignação moral que se transforme rapidamente, como é da índole dos sinceramente indignados, em decisões e atos. Decidir e agir, eis o que nação reclama de nós [...]. Não temos alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas. Agora é vencer, ou vencer (VILLA, 2016, p. 32).

Assim, o novo governo lançou o Plano Collor I e criou o cruzeiro (a terceira moeda em quatro anos), congelando os preços. Porém, suas medidas eram profundas, havendo uma verdadeira reforma administrativa, com extinção de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Também houve a proibição de acúmulo de cargos e um rígido controle de gastos públicos. Com o intuito de ampliar a arrecadação, aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e extinguiu incentivos fiscais e subsídios que favoreciam alguns setores privilegiados.

Dentre tantas medidas tomadas, a que gerou mais polêmica foi o bloqueio, por dezoito meses, das contas-correntes e cadernetas de poupança. Ocorreu um corte acima de NCz\$ 50 mil nas contas-correntes e de poupança, ou seja, milhões de correntistas tiveram bloqueados os seus recursos para pagamento das despesas diárias, além dos ativos investidos no *overnight*. Só era permitido sacar 50 mil cruzados novos, o que os bancos realizavam automaticamente.

Nesse sentido, diante do quadro exposto, caberia então indagar: Qual a importância para o Brasil, da política econômica adotada pelo governo Collor, de 1990 até o seu *impeachment*?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Investigar qual a importância, para o Brasil, da política econômica adotada pelo Governo Collor, de 1990 até o seu *impeachment*.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Descrever um breve histórico dos planos econômicos anteriores ao governo Collor.
- b) Demonstrar as medidas econômicas adotadas no Plano Collor I e no Plano Collor II.
- c) Analisar as políticas econômicas adotadas pelo governo Collor, no período dos referidos planos econômicos.

## **1.3 Justificativa**

O motivo que levou esta pesquisadora a interessar-se pela pesquisa do assunto proposto, neste trabalho, deve-se ao fato de ela ter ingressado no mercado de trabalho nos anos 1990, no qual pode viver a experiência de presenciar e sentir os efeitos da oscilação do valor da moeda. A correção da inflação, no período investigado, era diária, diferente do que acontece hoje – que é ao ano.

Desse modo, neste trabalho, procura-se analisar as medidas econômicas adotadas durante o governo Collor – aquelas que deram certo e aquelas que deram errado –, para que, além do registro nos arquivos da academia, consiga-se demonstrar, aos estudantes de hoje e à sociedade, as diversas experiências de políticas macroeconômicas através das quais o País conseguiu superar uma fase econômica muito desfavorável. Isso ocorreu por meio da adoção de planos



econômicos, que, em parte, já tinham dado errado em outros governos, mas que, com algumas modificações, trouxeram resultados positivos, num primeiro momento.

Porém, como em todas as tentativas dos governos anteriores, num determinado período, as medidas e os planos econômicos começaram a não corresponder aos resultados esperados. Foi então que surgiram novas medidas e novos planos, como o Plano de Collor (dividido em planos Collor I e II), que consistia em confiscar as poupanças, na tentativa de conter a inflação no País e fortalecer a nova moeda que estava sendo criada – o cruzeiro novo –, planos estes que serão melhor descritos, neste trabalho.

#### **1.4 Metodologia**

A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi de caráter exploratório, com a utilização do método histórico-descritivo. Conforme Gil (2008), pesquisas descritivas são aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis. Enquanto o método histórico se compreende o conjunto de técnicas, métodos e procedimentos que os historiadores fazem uso para gerenciar fontes primárias e demais evidências, o método histórico também pode ser compreendido como o resultado de análise e síntese.

Gil (2008, p. 28) também afirma que: “Pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já acerca da essência exploratória, ele destaca: “Pesquisas exploratórias são aquelas que têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008, p. 27).

A pesquisa foi efetuada em fontes secundárias, na forma de pesquisa bibliográfica. Esta deu-se através de livros, teses, dissertações, artigos, revistas, jornais, páginas da rede mundial de computadores (Internet) e outras fontes documentais.

As duas variáveis principais que foram pesquisadas para a elaboração deste trabalho consistiram no Plano Collor I e no Plano Collor II. Para tal, analisou-se suas respectivas políticas e desdobramentos econômicos.

## **2 OS PLANOS ECONÔMICOS ANTERIORES AO GOVERNO COLLOR**

Neste capítulo do trabalho, será apresentada uma breve descrição dos planos econômicos adotados, no Brasil, antes do governo Collor.

### **2.1 Breve histórico dos planos econômicos anteriores ao governo Collor**

A condução da política econômica na Nova República elegeu o combate inflacionário como meta principal. Uma série de Planos Econômicos que visavam a queda da inflação, foram aplicados, intercalando “choques” heterodoxos com períodos de controle ortodoxos. Essa fase foi marcada por grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento econômico e completa deterioração das contas públicas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Os altos índices inflacionários assolavam o Brasil desde a década de 1980. Com uma dívida externa que aumentava devido às altas taxas de juros, os brasileiros vinham perdendo o poder aquisitivo, e necessitavam de um governo que adotasse planos econômicos, a fim de recuperar a economia que estava estagnada.

A nova república inicia-se, portanto, com o seguinte quadro: economia em crescimento, balanço de pagamentos em transações correntes equilibrado (o saldo comercial era suficiente para pagar a remessa de juros sem necessidade de novos aportes de capital) e inflação elevada em torno de 200% a.a. Com isso, era natural que se elegeisse o combate à inflação como o principal objetivo do governo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011, p. 416).

Esse processo ocorreu no final do regime militar, em meados dos anos 1980. Então, com o quadro político conturbado, o candidato da oposição Tancredo Neves, recém-eleito, adoeceu às vésperas da posse, vindo a falecer, antes mesmo de ser empossado. Mesmo que o então vice-presidente, José Sarney, viesse a tomar posse como presidente, o cenário brasileiro do período representava, nesse governo, uma transição entre regime militar e a democracia (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

No governo José Sarney, houve a tentativa frustrada do Plano Cruzado, com o qual os salários foram congelados. Num primeiro momento, o plano atingiu seus objetivos, diminuindo o desemprego e reduzindo a inflação. Todavia, com o passar do tempo, não correspondeu às expectativas desejadas.

O governo Sarney lançou, então, um novo plano econômico: o Plano Cruzado II, que também fracassou causando o aumento excessivo de preços, propiciando o ressurgimento da inflação em patamares elevados. Veio, então, o Plano Bresser, promovendo congelamento de preços e salários por três meses, porém, falhando, por não conseguir controlar o déficit orçamentário. Por fim, surgiu o Plano Verão, trazendo um novo congelamento de preços, redundando todas essas tentativas em fracasso. O governo Sarney encerrou seu mandato, assim, com recessão econômica e altas taxas de inflação.

Nos subitens a seguir, serão melhor detalhados os diversos planos econômicos adotados, no governo Sarney.

### **2.1.1 Plano Cruzado I**

O Plano Cruzado I foi adotado em fevereiro de 1986, com José Sarney como Presidente da República. Sua principal medida – além de criar uma nova moeda em substituição do cruzeiro, chamada cruzado (Cz\$), a qual cada cruzado valia 1.000 cruzeiros –, foi o congelamento de preços de diversos produtos de praticamente todos os setores econômicos por um ano, incluindo os serviços e o dólar, que tiveram os preços tabelados pelo governo (LONGO, 1994).

O salário seria convertido pelo poder de compra dos últimos seis meses mais um abono de 8%, e, para o salário mínimo esse abono seria de 16%, abono esse era eminentemente político e visava transferir renda aos assalariados. Foi introduzido a escala móvel, ou seja, o “gatilho”, acionado sempre que a inflação atingisse 20% (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

A energia elétrica obteve um aumento de 20%, os preços foram congelados no nível de 28/02/1986, quanto maior a taxa de inflação, maior a dispersão de preços relativos, que fez com que a cada instante de tempo existissem produtos com preços defasados e produtos com preços acima, de acordo com o prazo decorrido do último reajuste (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

A taxa de câmbio foi fixada no nível 27/02, e descartou-se a necessidade de uma maxidesvalorização compensatória ou defensiva, levando em conta a folga cambial e a tendência à desvalorização do dólar em relação às demais moedas. Para os aluguéis ficarem com os valores médios recompostos foram utilizados fatores multiplicativos com base em relações média-pico (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Quanto aos ativos financeiros foram criadas diferentes regras. As Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) foram substituídas pelas Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), que ficariam com valor congelado por 12 meses; contratos pós-fixados, com os juros acima da correção monetária passaram a ser juros nominais, com proibição de indexação de contratos com prazos inferiores a um ano. Já as cadernetas de poupança passavam a ter correção monetária com reajuste trimestral. Para os contratos pré-fixados foi introduzido a “Tablita”, a qual consistia numa tabela de conversão com desvalorização diária de 0,45% que correspondia à média diária de inflação entre dezembro de 1985 e fevereiro de 1986, evitando assim a transferência de renda para os credores, retirando a inflação embutida (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Não foram estabelecidas metas para a política monetária e fiscal, a oferta monetária deveria acomodar-se à maior demanda e a taxa de juros seria a variável de acompanhamento do grau de liquidez da (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

O sucesso do Plano Cruzado refletiu claramente a acentuada influência de analistas que diagnosticaram a inflação brasileira como sendo principalmente “inercial”. Na medida em que ela resultou de um excesso de demanda agregada ou da insuficiência de oferta agregada, o Plano não seria suficiente para controlar permanentemente a inflação (BAER, 1996, p. 167).

O Plano Cruzado, no seu início, reduziu a inflação e obteve um crescimento econômico, estimulando a demanda interna, consumo e investimento. Contudo, esse fato tenderia a aumentar as dificuldades do plano de estabilização e a manutenção do congelamento (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

O impacto imediato do plano foi uma explosão do consumo em decorrência do aumento do salário real, da despoupança (ilusão monetária) devido à queda de taxas de juros nominais, diminuição do recolhimento do imposto de renda pessoa física na fonte (pacote fiscal de dezembro de 1985), consumo reprimido durante a recessão, existência de preços defasados com o medo

de descongelamento, e vários outros fatores (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Com controle dos preços dos produtos e serviços, as mercadorias ficaram escassas, pois os empresários e fazendeiros não colocaram seus produtos à venda. Com isso, os produtos começaram a sumir do mercado, fazendo com que mercados paralelos surgissem, e, pagando ágio, era possível comprar as coisas (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Com as exportações caindo e as importações aumentando, as reservas cambiais foram esgotando, e a inflação disparou, aumentando os preços de combustíveis, de bebidas, de automóveis, mostrando que o plano estava fracassando. O governo admitiu que errou e lançou um novo plano: o Plano Cruzado II. Nas palavras de Baer (1996, p. 189), “o Plano Cruzado falhou definitivamente, pelo que se pagou um preço elevado”.

### **2.1.2 Plano Cruzado II**

Alguns dias após as eleições que deram vitória significativa ao partido do governo, lançou-se o Plano Cruzado II que iniciou com a tentativa de alinhar alguns preços. Em especial, os preços de produtos de bens de consumo, e com base no aumento de tarifas e dos impostos, visava controlar o *déficit* público, pelo aumento da receita em 4% do PIB (Produto Interno Bruto) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

O financiamento do *déficit* público pela emissão de moeda não foi estancado e o regime monetário-fiscal-cambial não foi alterado, levando o Plano Cruzado II ao fracasso, pois a inflação foi de 1,4% em outubro de 1986, para 27,7%, em maio de 1987. Com esse aumento, foi reintroduzida a indexação oficial de contratos financeiros, representando o reconhecimento, por parte do governo, do fracasso de sua política (BAER, 1996).

A longa permanência do congelamento resultou no desaquecimento da economia e queda da demanda que unidas causaram uma profunda desestruturação das condições de oferta dando origem à saldos negativos na balança comercial devido ao movimento de perda de reservas que levou ao anúncio da moratória em fevereiro de 1987 (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Foi um programa de combate à inflação baseado única e exclusivamente na tentativa de eliminação da inércia inflacionária (por meio de congelamento de preços e salários) (LANZANA, 2001).

Em abril de 1987, a inflação superou os 20% a.m. o que levou à queda do ministro Funaro e à posse de Bresser Pereira. Foi então que o governo Sarney lançou um novo plano econômico, o Plano Bresser (LANZANA, 2001).

### **2.1.3 Plano Bresser**

O Plano Bresser foi criado no governo do presidente José Sarney, pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Quando Bresser assumiu, sinalizou o rumo da ortodoxia com uma desvalorização de 7,5% do cruzado em primeiro de maio. O ministro dizia-se um simpatizante da heterodoxia o que levou a várias especulações sobre um novo congelamento (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

*Ortodoxia: de acordo o pensamento ortodoxo, a inflação é decorrente do processo de emissão monetária devido dos déficits públicos, o que eleva a demanda e força a alta de preços. Sendo assim, para combater a inflação, deve-se estancar a emissão de moeda, o que só pode ser conseguido com a retração da demanda, quer do setor privado, através da elevação de impostos, quer do setor público, através da queda nos gastos públicos. Assim, o combate inflacionário é conseguido através de uma política recessiva.*

*Heterodoxia: para estes, a inflação não decorre de excesso de demanda provocado pela emissão monetária. A emissão monetária é vista muito mais como uma decorrência da inflação do que como causa. Assim, a inflação poder ser combatida sem o apelo ao controle da demanda, isto é, haveria necessidade de uma política recessiva. O congelamento de preços e salários é um tipo de medida (política de rendas) característico dessa corrente (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 223).*

Com elementos ortodoxos e heterodoxos, o Plano Bresser foi posto em prática no início de 1987. Seu objetivo era estabilizar o processo inflacionário, com características dos pontos positivos do Plano Cruzado.

O Plano Bresser adotou o congelamento por noventa dias. Esse plano contava com uma flexibilização de preços, com correções mensais de preços e salários, ou seja, com a finalidade de corrigir eventuais desequilíbrios trazidos do plano anterior (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Houve mudança na base do IPC (índice de preços ao consumidor) para 15/06, sendo que os aumentos foram incorporados à inflação de junho para evitar que a

inflação de julho sobrecarregasse. Desvalorização cambial de 9,5% em 12/06 e o não congelamento da taxa de câmbio, mantendo as minidesvalorizações diárias, mas em menor ritmo. Aluguéis congelados sem nenhuma compensação. Com os contratos pós-fixados mantidos e os contratos pré-fixados com uma desvalorização de 15% a.m., através de uma “Tablita” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

O ressurgimento da inflação estava relacionado ao realinhamento dos preços que haviam ficado defasados durante o congelamento do Plano Cruzado, aos aumentos especulativos de preços na expectativa de outro congelamento e a outras pressões de custos provocadas pelos aumentos salariais automáticos resultantes do mecanismo do gatilho instituído durante o Plano Cruzado (BAER, 1996, p. 194).

O Plano determinava a liberação dos preços, instaurando um novo indexador, a Unidade de Referência de Preços (URP), que adequaria os salários e estabeleceria os tetos para os reajustes de preços. O objetivo era criar uma política monetária e fiscal implacável, para reduzir o *déficit* público, impedindo um crescimento exagerado da demanda, como aconteceu nos primeiros meses do Plano Cruzado (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Segundo Baer (1996), o Plano Bresser deu sinais esperançosos quando a inflação mensal caiu de 27,7%, em maio, para 4,5%, em agosto. Porém, a inflação voltou a subir, atingindo dois dígitos, em outubro. Houve falha em controlar o *déficit* orçamentário, pois o governo Sarney, com o intuito em conquistar apoio no Congresso e incluir mais um ano em seu mandato, alastrou seus gastos, devido aos aumentos salariais dos funcionários públicos, que chegaram a 26%, em termos reais. Houve a necessidade de se transferir recursos aos governos estaduais e municipais, cujos *déficits* combinados haviam aumentado 41%, paralelamente aos aumentos dos subsídios às empresas estatais. “Essa prioridade acabava impedindo a adoção de medidas de austeridade fiscal. Em dezembro de 1987, Bresser pediu demissão e assumiu o Ministro Mailson da Nóbrega” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011, p. 433).

Entre as causas da reaceleração inflacionária, podem-se encontrar (a) ampliação do déficit público (o governo aumentou a arrecadação, mas ampliou os gastos, notadamente na área de pessoal e encargos); (b) reindexação por meio da URP; e (c) desvalorização cambial (LANZANA, 2001, p. 116).

Na sequência, o governo Sarney implantou o Plano Verão, que será abordado no próximo tópico.

#### **2.1.4 Plano Verão**

No início do Plano Verão, adotou-se a chamada “política feijão com arroz”, implantada pelo Ministro Mailson da Nóbrega. Isso equivalia ao fato de que não se tentariam mágicas, nem choques heterodoxos: as metas eram estabilizar a inflação em 15% ao mês e reduzir o *déficit* operacional do governo, de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4%. Foi adotado o congelamento dos empréstimos ao setor público, além da contenção salarial e a redução no prazo de recolhimento dos impostos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

“O Plano Verão foi de curta duração e o governo não realizou nenhum ajuste fiscal o que mantinha os elevados e crescentes déficits públicos” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 225).

A exemplo do Plano Bresser, o Plano Verão continha elementos ortodoxos que visavam conter a demanda e heterodoxos, visando promover a desindexação da economia sem a predeterminação de novas regras a fim de evitar os erros do Plano Cruzado (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

O Plano Verão instaurou uma nova moeda, com o corte de três zeros. A nova moeda chamava-se cruzado novo, a qual equivalia a NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00. Foi no Plano Verão que se implementou uma política monetária restritiva, na qual houve a desvalorização de 18% do cruzado. Para que fossem evitadas pressões futuras, adotou-se a taxa de câmbio fixa, fazendo com que o dólar americano passasse a valer um cruzado novo. Essas medidas visavam dar mais credibilidade ao plano (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2011).

Em abril de 1989, o governo criou os Bônus do Tesouro Nacional (BTN), um sistema de indexação que seria corrigido pelo índice medido pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC). Através de análises das medidas adotadas pelo Plano Verão, foi possível perceber que o fato de os capitalistas terem largado os ativos financeiros e tomado ativos reais geraria uma possível fuga de ativos financeiros. Para evitar isso, o governo garantiu uma taxa de juros alta, de modo que os agentes econômicos fugissem dos papéis do governo e pegassem os ativos reais, gerando um aumento de



taxas de juros que, no início, fez cair alguns preços relativos, durante aquele mês (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

O Plano Verão não concretizou seus objetivos. O *déficit* público aumentou e a inflação continuou a subir, agravando as condições econômicas do País, que já estava em crise. Sarney finalizou seu governo com a inflação em alta e a economia em crise.

O objetivo do plano era a redução da inflação, sem que se desarrumasse as contas externas, com o crescimento da produção ficando em segundo plano. Para isso, procurava desindexar a economia e reduzir a demanda agregada (LANZANA, 2001).

### **3 O GOVERNO COLLOR E OS SEUS PLANOS ECONÔMICOS**

Após uma acirrada eleição, em 1989, Fernando Collor de Mello chegou ao poder, em 1990. Eleito com a promessa de combater a inflação, Collor colocou em prática o Plano Collor I e o Plano Collor II. Ambos serão abordados a seguir.

#### **3.1 Os planos econômicos do Governo Collor**

Na esperança de um controle da inflação e de melhora na economia, foi eleito Fernando Collor de Mello, após uma acirrada eleição, em 1989. Nas palavras de Baer (1996, p. 197):

Quando Fernando Collor de Mello, assumiu a presidência em março de 1990, a inflação havia atingido uma taxa mensal de 81%. Enfrentando uma hiperinflação em ritmo ascendente, Collor imediatamente introduziu um surpreendente e novo programa anti-inflacionário.

O que podemos e devemos esperar do presidente Collor é que o discurso sócio liberal seja convertido em medidas positivas e concretas, afastando para sempre os planos miraculosos de salvação nacional, com a superação da febre intervencionista estatal que ainda subsiste em alguns setores da administração federal (REALE, 1992).

Nesse sentido, Oliveira (1994, p. 224) afirma que:

O programa econômico perseguiu três objetivos que emprestaram um significado distinto e talvez mais profundo do que o sentido econômico, aparentemente o mais concreto: a reforma da economia, a reforma da máquina estatal e a implantação da autoridade presidencial.

##### **3.1.1 Plano Collor I**

Após sua posse, na Presidência da República, em 1990, Collor nomeou Zélia Cardoso de Mello como responsável pela pasta econômica. Zélia era professora da Universidade de São Paulo (USP), ex-assessora da Secretária do Tesouro, e durante os anos 1990, tornou-se uma das ministras mais poderosas do governo. Ou seja, o Ministério da Economia englobou os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, além de Secretarias como a Receita Federal (VILLA, 2016).

O Plano Collor I criou o cruzeiro (a terceira moeda em quatro anos), congelando os preços. Porém, suas medidas eram profundas, havendo uma verdadeira reforma

administrativa, com extinção de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Também houve a proibição de acúmulo de cargos e um rígido controle de gastos públicos. Com o intuito de ampliar a arrecadação, aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e extinguiu incentivos fiscais e subsídios que favoreciam alguns setores privilegiados.

No que diz respeito à reforma administrativa, promover-se-ia o programa de privatizações, a melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação com vistas a diminuir a sonegação e as fraudes (tributárias, previdenciárias etc.), maior controle sobre bancos estaduais, e várias outras medidas que deveriam aumentar a eficiência da administração do setor público e reduzir os gastos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002, p. 451).

O governo Collor tinha como preocupação básica o combate à inflação. A experiência proporcionada pelos diversos planos do governo Sarney trouxe consigo o aprendizado com seus insucessos e levaram ao aparecimento de novos diagnósticos sobre a natureza da inflação brasileira, suas causas de fracasso e das tentativas de estabilização (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

O Plano Collor, ou Brasil Novo (como o presidente Fernando Collor de Mello preferiu chamar), no princípio, causou uma estagnação econômica. Esta foi sentida mais fortemente por pessoas que não estavam no mercado de trabalho formal e pela indústria automobilística, que num ato de inconformidade com a situação, concedeu férias coletivas aos seus funcionários (VILLA, 2016).

Com o dinheiro físico escasso, a comercialização voltou ao passado. Ou seja, foi noticiado que algumas mercadorias estavam sendo comercializadas via escambo (troca de mercadoria por outra mercadoria de valor semelhante). Os cheques antes pré-datados eram repassados para várias pessoas, em comercializações acordadas em não depósito do cheque, por falta de saldo líquido, nas contas (VILLA, 2016).

O economista Mario Henrique Simonsen criticou as arbitrariedades do Plano Collor com as seguintes palavras descritas abaixo:

O que mais impressiona no Plano Collor é a sua ambiguidade ideológica. A ideia é inserir o Brasil no Primeiro Mundo sob a égide da competitividade e da privatização. Só que, no meio-tempo, os capitalistas são tratados aos trancos, não apenas quando merecem o tratamento de marginais por descumprirem a lei ou sonegarem impostos. Mas, sobretudo, porque têm que se conformar com atos de príncipe, como aceitar um sequestro de 80% dos seus ativos financeiros decretado da noite para o dia. Precisa compreender que nenhum capitalista sadio investe num país onde as regras do jogo

mudam de acordo com os humores do soberano. O capitalismo eficiente aceita riscos de mercado. Mas não riscos políticos (VILLA, 2016, p. 41).

O governo Collor adotou medidas que romperam com a política industrial e de comércio exterior, o que soou como enfrentamento a setores cartelizados, rompendo com a política de substituição de importações. As guias de importação, que levavam meses para serem aprovadas, agora teriam um prazo de cinco dias (VILLA, 2016).

Além disso, no intuito de modernizar o setor têxtil, o governo reduziu as tarifas para importação de máquinas e equipamentos, e diversas barreiras legais que dificultavam a nacionalização de tais máquinas e equipamentos foram eliminadas. As importações de produtos químicos e bens de capital foram isentas de impostos. Ao mesmo tempo, o mercado flutuante de câmbio funcionava como contenção, para evitar uma explosão das importações e dar às indústrias nacionais recursos para melhorarem a produtividade, criando condições para competir com as mercadorias importadas e ter presença no mercado internacional (VILLA, 2016).

Pouco mais de três meses de governo, estourou a primeira crise, com a fusão de três ministérios: Minas e Energia, Transportes e Comunicações, sob o comando do ministro Ozires Silva. Cada um dos antigos ministérios tinham um secretário que se reportava ao ministro. O problema ocorreu na área dos transportes, território das empreiteiras, que determinavam o ritmo das obras públicas. O plano de reformar 15 mil quilômetros de estradas federais, sendo que 60% eram com o SOS Rodovias, com uma intervenção de meio bilhão de dólares, sem licitação, era um sinal de que havia corrupção, em algumas áreas do governo (VILLA, 2016).

O ministro Ozires confrontou o secretário dos transportes, Marcelo Ribeiro, que foi funcionário de uma grande empreiteira e designado ao cargo, pelo Presidente Collor, por indicação pessoal de Paulo César Farias. Ozires exigiu a demissão do Marcelo Ribeiro, ao presidente, que temporizou, esperando a poeira baixar. Ribeiro pediu demissão, em menos de dois meses depois (VILLA, 2016).

O governo Collor iniciou o mês de julho de 1990 perdendo a guerra contra os preços, tendo a inflação continuado acima das expectativas. Porém, Collor estava confiante de que, a partir de agosto, a inflação cairia e estabilizaria em torno de 3% ao mês, mas os resultados econômicos não foram os esperados pelo Presidente (VILLA, 2016).

Surgiram o anúncio da queda da safra de grãos de 71,4 milhões de toneladas, em 1989, para 61,8 milhões, em 1990 e notícias de que o setor agrícola estava com

a estimativa da safra, para 1991, ainda menor. Tais notícias estavam vinculadas a uma frágil política agrícola e aos efeitos do Plano Collor I (VILLA, 2016).

Buscando contornar a crise, o Ministério da Agricultura recuperou suas atribuições de fixar preços mínimos e definir estoques reguladores do governo. O Ministério da Economia passou a controlar a compra e venda desses estoques, através da Companhia Nacional de Abastecimento, dando as cartas na condução da política de preços (VILLA, 2016).

Um dos principais fracassos, no Plano Collor I, foi a ausência de fluxo de capital para possibilitar a manutenção cambial. Foi necessária a intervenção do Banco Central, no mercado cambial, causando uma grande desvalorização do cruzeiro. Isso se deu nos últimos meses do segundo semestre. Devido à aceleração inflacionária, a taxa de câmbio real sofreu forte valorização, combinada com menores incentivos às exportações, facilidades às importações e à Guerra do Golfo, que fez com que se elevasse o preço do barril de petróleo. Isso deixou o saldo da balança comercial deteriorado (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

O Plano Collor I, nas palavras de Antunes (2004, p. 13):

[...] objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano.

Como resultado, verificou-se que a inflação caiu de 84% para cerca de 10% em maio de 1990 e depois voltou a subir até atingir 20% em janeiro de 1991. Pode-se dizer que os resultados esperados não foram alcançados, em função de: pressão para liberação de cruzados; falta de ajuste fiscal nos Estados e Municípios; e conflito distributivo por causa da recessão (LANZANA, 2001, p. 118).

Os maus resultados do Plano Collor I, associados à aceleração da inflação e à dificuldade do governo de colocação de títulos públicos para financiamento, fez com que o governo Collor colocasse em prática o Plano Collor II, que será abordado a seguir.

### **3.1.2 Plano Collor II**

O Plano Collor II foi o reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais do Plano Collor I (ANTUNES, 2004).

O fracasso do plano Collor I, levou o governo a adotar novo congelamento de preços e salários em fevereiro de 1991. Dessa vez, porém, o congelamento veio acompanhado de forte elevação de tarifas públicas e uma nova tentativa de desindexação, com a criação da TR (taxa referencial). Imaginava-se que a TR funcionaria como *libor*, flutuando de acordo com a inflação futura (LANZANA, 2001, p. 118).

No início de 1991, o governo fez mais uma tentativa heterodoxa de estabilização. Surgiu, então, o Plano Collor II, comandado pela ministra da economia Zélia Cardoso de Melo e mexendo basicamente no mercado financeiro. O Plano, que visava eliminar o *overnight* e outras formas de indexação da economia, veio novamente com congelamento de preços com base em 30 de janeiro de 1991, e a criação de um deflator, o que trouxe otimismo ao Presidente (VILLA, 2016).

Sucedeu o Plano Collor I uma nova tentativa heterodoxa imediatista: o Plano Collor II. A aceleração inflacionária levou à mudança do ministério, saindo Zélia Cardoso de Melo e entrando Marcílio Marques Moreira que adotou o que alguns chamaram de “Plano Nada”, uma volta à ortodoxia e uma tentativa de combate gradualista à inflação, maior preocupação com a negociação da dívida externa e maior reaproximação do país com o sistema financeiro internacional (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 229)

O *overnight* foi substituído pelo Fundo de Aplicação Financeira (FAF), regulado pelo governo, com maior direcionamento para títulos públicos federais e estaduais garantidos pelo BACEN (43%). Outra parte era aplicada em títulos de desenvolvimento econômico (13%) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Na tentativa de reduzir o *déficit* público, o Plano Collor II diminuiu em 10 % as despesas estatais. Ademais, refinanciou as dívidas dos Estados e Municípios inadimplentes com o Governo Federal, decretou aumento significativo das tarifas públicas, aperfeiçoou o combate à sonegação de impostos e, ainda, determinou a indisponibilidade de 90% dos recursos de investimentos do orçamento da União e da previdência social (PLANO..., 2013).

Em maio 1991, a inflação voltou a acelerar, ocorrendo a troca da equipe econômica. A ministra da economia, Zélia, foi substituída, no Ministério da Fazenda, por Marcílio Marques Moreira, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em 1991.

A inflação que havia atingido 21,1% em fevereiro de 1991, caiu para 7,2% no mês seguinte, mas, a exemplo dos outros planos, voltou a acelerar, atingindo 22,1% em dezembro de 1991 (LANZANA, 2001).

O Ministro Marcílio Marques Moreira assumiu em maio de 1991, encontrando uma inflação de 5% ao mês, inflação essa reprimida graças ao Plano Collor II. Após seus primeiros seis meses, a inflação atingiu 26,5% mensais, ou seja, teve um aumento de 400 %. Corrido mais seis meses, o que aconteceu foi uma modesta redução de quatro pontos em tal percentual, em resumo, um ano de arrochos, apertos e insatisfações do povo brasileiro e o resultado absolutamente inóquo. Zero à esquerda (CARAVANTES, 1993, p. 29).

O repasse do aumento dos custos aos preços e a recuperação das margens de lucro das empresas, a quebra na safra agrícola associada à falta de alguns produtos, provocadas por empresas oligopolistas que, por dominarem a fabricação e preços, reduziram a oferta de seus produtos no mercado, não impediram a volta da inflação (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Foi no governo Collor que se iniciou mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. Período esse caracterizado por um processo de abertura comercial abrangente, que se estendeu até o governo Fernando Henrique Cardoso. A integração comercial brasileira vinha ocorrendo no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracterizava, principalmente, pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns) (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

O País assumiu posturas protecionistas, mas também assumiu posturas mais liberais, e, assim administrar questões internas, tais como *déficits* na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas etc.

Entre 1957 e 1988, a estrutura tarifária no Brasil caracterizou-se pela vigência de dispersão média e modal elevadas; pela incidência de redundância em toda a cadeia produtiva, decorrente da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não-tarifárias; e por uma expressiva estabilidade das alíquotas. Esse período caracterizou-se pelo protecionismo atrelado à política de substituição de importações (principalmente na década de 1970, devido à crise do petróleo) (MOREIRA; CORREA, 1996 apud GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999, p. 46).

## 3.2 As políticas macroeconômicas dos Planos Collor I e II

### 3.2.1 Políticas monetária e cambial

Levando em conta que política monetária é o conjunto de medidas que o governo adota com a finalidade de controlar a oferta de moeda e de esse controle de moeda precisa ser conforme os interesses econômicos do país, ou seja, oferta de moeda a liquidez do ativo, que pode ser convertido em dinheiro (RODRIGUES, 2017a).

Para controlar as condições de crédito (custo, volume etc.), o governo utiliza a política monetária. Para isso, ele pode aumentar ou diminuir o dinheiro que circula na economia (que o banco central emite), pode aumentar ou diminuir a capacidade dos bancos emprestarem (obrigando os bancos a depositarem parcela maior ou menor de seus recursos no Banco Central, que é o depósito compulsório) e pode também atuar sobre as taxas de juros quando vende ou compra seus títulos no mercado (LANZANA, 2001, p. 21).

A política cambial, é baseada na administração das operações cambiais e da taxa de câmbio. São utilizadas para controle das relações comerciais e financeiras entre os agentes de um determinado sistema econômico do país com outros países (RODRIGUES, 2017a).

Por meio da política cambial, o governo pode atuar no mercado de divisas de várias formas, dependendo da política que está sendo adotada: fixando o valor do dólar, determinando “bandas” para a variação do dólar, comprando e vendendo diretamente moeda estrangeira etc. (LANZANA, 2001).

O governo Collor adotou a taxa de câmbio flutuante, ou seja, na qual a taxa de câmbio é determinada exclusivamente pela interação entre oferta e demanda, diferente do câmbio fixo, que é quando uma taxa de câmbio é estipulada e o Banco Central deve se virar para vender ou comprar dólares, a fim de manter o câmbio inalterado (RODRIGUES, 2017a).

Câmbio flutuante: acontece quando o preço da moeda nacional varia livremente no mercado de moedas internacionais (RODRIGUES, 2017a).

Câmbio fixo: acontece quando é estipulado um preço único para a moeda, não permitindo a variação da moeda nacional em relação às outras. Esse tipo de política acontece muito em países que sofrem uma altíssima interferência governamental.



Para que ele aconteça, é necessário que o país possua uma grande reserva de moeda estrangeira (RODRIGUES, 2017a).

Banda cambial: regime que pode ser considerado misto, pois fica entre o câmbio flutuante e o câmbio fixo. Ele funciona permitindo que a moeda flutue, porém com limite inferior e superior (RODRIGUES, 2017a).

Já a política monetária adotada no governo Collor, promoveu uma drástica redução nos meios de pagamento, retirando de circulação algo como US\$ 115 bilhões dos US\$ 150 bilhões que se encontravam aplicados principalmente no "*overnight*", poupança e fundos de curto prazo (RODRIGUES, 2017a).

Políticas como essa levam os agentes econômicos a tendência de reduzir significativamente a moeda manual (dinheiro em poder do público) e a moeda escritural (depósitos à vista), que são os componentes do M1, fazendo com que ele perca participação para outros tipos de meios de pagamento como o M2, M3 e M4, que, além de apresentarem um "*hedge*" contra a inflação via indexação, ainda são remunerados (RÚCKERT; MOREIRA, 1990).

O M1 era constituído pela soma de papel-moeda, moedas metálicas em poder público e depósitos à vista do público nos bancos comerciais, enquanto que M2, da época, incluía as aplicações do público no FAE (Fundo de Aplicação Financeira), Fundo de Investimento Financeiro de Curto Prazo, Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo, títulos federais, estaduais e municipais em poder do público além dos ativos monetários da M1. O conceito da M3 incluía, além dos ativos monetários e quase monetários da M2, depósito de poupança mantidos pelo público nas caixas econômicas, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. O M4 representava os ativos monetários e quase monetários de M3, depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias desde que não estejam em poder dos fundos de aplicação financeira de investimento e de renda fixa e o que for mantido em carteira das instituições financeiras (LOPES; ROSSETTI, 1998).

A política monetária buscou manter fixa a taxa de câmbio real, o que endogeneizava a oferta monetária, e com a volta da entrada de recursos externos a partir de 1991, o próprio *déficit* público através do crescimento do endividamento interno e com ele o caráter financeiro do *déficit* público (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

Essa reforma monetária foi destinada a acabar com a moeda indexada, seguida por um bloqueio ao acesso a cerca de 80% dos ativos financeiros do setor

privado. Tal indisponibilidade, que resultou em um controle direto do Banco Central sobre um montante de quase 51 bilhões de dólares (CYSNE, 1990).

Reforma monetária – centrou-se basicamente na drástica redução da liquidez da economia, através do bloqueio de cerca de metade dos depósitos a vista, 80% das aplicações *overnight* e fundos de curto prazo e cerca de um terço dos depósitos de poupança. Bloqueou-se em torno de 70% do M4 da economia. Visava-se com isso evitar pressões de consumo e retomar a capacidade do Banco Central de fazer política monetária ativa, em vez de ficar à mercê do mercado financeiro e da necessidade de rolar a dívida pública – atender às necessidades da moeda indexada (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 227).

### 3.2.2 Política fiscal

Chamamos de Política Fiscal Expansionista, o aumento nas despesas com pagamentos de funcionários, juros da dívida interna, manutenções e construções de escolas, hospitais, entre outros, realizados pelos governos federais, estaduais e municipais. Quando acontece o contrário chamamos de Política Fiscal Contracionista, tudo depende de como o governo pretende atingir a política de gastos (LANZANA, 2001).

O governo pode atuar sobre o sistema tributário de forma a alterar as despesas do setor privado (entre bens, entre consumo e investimento etc.), a incentivar determinados segmentos produtivos, e assim por diante. A conjugação de despesas e receitas conduz ao conceito do déficit público, um dos temas de maior polêmica na economia brasileira nos últimos anos (LANZANA, 2001, p. 21).

O confisco dos valores depositados na poupança para diminuir a quantidade de dinheiro circulando na economia, valores acima de 50 mil cruzados novos ficariam confiscados por até 18 meses e, então, seriam devolvidos com juros e correção monetária. Este anúncio do confisco gerou pânico e filas de pessoas nos bancos querendo sacar todo o seu dinheiro para evitar a perda (SILVA, 2018).

O Plano Collor I também realizou o confisco de valores em contas-correntes e em uma modalidade da época chamada *overnight*, que era muito utilizada pela classe média como forma de combater os impactos da inflação sobre o salário mensal, também houve reajuste salarial e abertura do País para mercadorias importadas (SILVA, 2018).

Reforma fiscal, que tinha por objetivo promover um ajuste fiscal da ordem de 10% do PIB (produto interno bruto) eliminando um déficit projetado de 8% do PIB e gerar um superávit de 2%. Este ajuste se faria através da redução do custo de rolagem da dívida pública, suspensão dos subsídios, incentivos fiscais e isenções, ampliação de base tributária através da incorporação dos ganhos da agricultura, do setor exportador e dos ganhos de capital nas bolsas, tributação das grandes fortunas, IOF extraordinário sobre o estoque de ativos financeiros e fim do anonimato fiscal, através da proibição dos cheques e das ações ao portador (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 227).

A inflação até que cedeu às medidas de choque tomadas pelo governo, mas, no final de 1990, estava em crescimento novamente. O governo ainda procurou enxugar os gastos públicos e reduziu o número de ministérios (passando de 23 para 12 ministérios), demitiu funcionários públicos e começou um processo de privatização de estatais. Houve também aumento de impostos (SILVA, 2018).

No ano de 1991, a política econômica ficou restrita ao controle do fluxo de caixa, obtendo significativas reduções de despesas, principalmente nos gastos com funcionários (subcorreção dos salários) e com investimento, e a política de juros. No final do ano, enviou-se ao Congresso uma proposta de reforma fiscal na qual se aprovou somente a indexação dos impostos, e lançou-se um programa anti-inflacionário baseado em uma forte restrição do crédito, recuperação das finanças públicas e manutenção da taxa de câmbio real (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002, p. 454).

Segundo Cysne (1990), o Plano Collor I foi considerado teoricamente imprevisível, por representar a opção por uma alternativa de alto risco e reduzidas chances de compatibilizar crescimento sustentado com preços estáveis. O Plano tomou a contenção do *déficit* público um problema "de vida ou morte" para a evolução futura da economia.

Com a devolução dos cruzados bloqueado a partir do segundo semestre de 1991, a política econômica passa a ser concentrada exclusivamente na prática de juros elevados. Tal estratégia, na realidade, revelava a total incapacidade do governo de controlar a política fiscal, dadas as pressões expansionistas estabelecidas na própria Constituição (LANZANA, 2001, p. 118).

Um amplo processo de liberalização comercial ocorreu no qual se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local entre 1988 e 1993 (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se dariam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final do período, a tarifa máxima seria de 40%, a média de 14%, a modal de 20% e o desvio-padrão inferior a 8% (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999, p. 46).

### 3.3 O processo de *impeachment* do Presidente Collor

Com a inflação subindo, surgiram boatos e escândalos de corrupção envolvendo o Presidente Collor. Este, com reputação de caçador de marajás, tendo sido eleito com a promessa de combate à corrupção, agora encontrava-se envolvido em uma rede de corrupção de desvio de recursos públicos. Estas notícias, escândalos e denúncias de corrupção envolvendo o Presidente Collor, fez com que o povo almejasse o seu *impeachment*.

Não havia como manter um presidente que outrora fora eleito pela promessa de combater a corrupção, e encontrava-se, então, envolvido em escândalos, desvios de recursos públicos, tendo sido capaz de montar um esquema de corrupção. Assim, como sinal de repúdio ao Presidente Collor, que havia discursado solicitando ao povo que saísse às ruas com o rosto pintado de verde e amarelo, o povo e os estudantes foram às ruas de cara pintada de verde, amarelo e preto, dando início ao movimento “Fora Collor”, fato esse vivenciado por esta pesquisadora.

O Presidente que dizia ter por alvo o combate à corrupção, foi acusado de envolvimento em diversos casos de desvio de dinheiro público.

Apesar da situação interna do País ser desfavorável, grande parte devido ao processo de *impeachment* do Presidente, aliado às altas taxas de juros e uma política cambial real associada com a abertura financeira e um cenário de desaquecimento internacional (excesso de liquidez internacional), ainda assim houve uma entrada significativa de capital externo, elevando as reservas do País (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2011).

Em maio de 1992, Pedro Collor, irmão do Presidente, concedeu entrevista à revista Veja acusando-o de manter uma sociedade com o empresário Paulo César Farias, tesoureiro de campanha de Fernando Collor. O tesoureiro seria “testa de ferro” do Presidente, ou seja, aquela pessoa que faz a intermediação de transações financeiras fraudulentas, ocultando a identidade de quem realmente as contratava, denúncia esta, que levaria o governo Collor a um fim prematuro. Assim, em junho de

1992, o Congresso instaurou uma CPI só para tratar das atividades de PC Farias. Com o desenrolar dos trabalhos da comissão, as acusações de Pedro Collor foram ganhando substância, com muitas provas de transações ilícitas ligando PC Farias a Collor (BLUME, 2015).

Paulo Cesar Farias recebia altas quantias de dinheiro de empresários que buscavam facilitação de recebimento de verbas públicas. Esses valores eram depositados em contas fantasmas para despesas de Fernando Collor e da família dele. Esse esquema foi denunciado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e confirmado pelo depoimento do ex-motorista particular de Collor, Francisco Eriberto Freire França (RODRIGUES, 2017b).

Foi então que surgiram os caras-pintadas, um movimento inicialmente estudantil, com o objetivo de remover o Presidente do poder. Em agosto de 1992, começaram a serem feitas grandes passeatas. Uma das manifestações mais marcantes ocorreu no dia 16 de agosto daquele ano, dois dias depois de Collor aparecer em cadeia nacional para pedir que o povo fosse às ruas de verde e amarelo para defender seu governo. Em resposta ao pedido do Presidente, os manifestantes apareceram de preto, em sinal de luto pelos escândalos de corrupção do governo, fato este vivenciado por esta pesquisadora.

“Collor governou o País por 932 dias, renunciou ao cargo de Presidente da República três anos após a diplomação oficial pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 1989” (VILLA, 2016, p. 42).

Diante do fracasso na luta contra a inflação, e a série de escândalos de corrupção envolvendo membros do governo e o Presidente Collor houve uma redução drástica do prestígio do Presidente junto à população.

O Governo Collor passou por uma grande crise política, decorrente da fragilidade de sua base política e da perda de apoio popular – que já crescia gradativamente desde o início de sua administração, com o confisco dos recursos das cadernetas de poupanças –, resultando no fim de seu mandato, através de um processo de *impeachment* (REZENDE, 1999).

Com o impeachment de Collor, assumiu a presidência o vice-presidente Itamar Franco, que se colocava como um governo de transição, demorando a dar qualquer rumo à política econômica. Uma série de ministros passou pelo comando da economia: Gustavo Krause, Paulo Haddad, Eliseu Resende, que muito pouco fizeram pelo próprio espaço de tempo que tiveram. O último plano de estabilização implantado no país começou a ser

gerado e foi implantado na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda o Plano Real (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996, p. 229).

Fernando Collor de Melo foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Teve seu governo marcado por escândalos de corrupção, o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de *Impeachment* em 02 de outubro de 1992, sendo Collor afastado do poder. Na sessão de julgamento, em 29.12.1992, o Presidente Fernando Collor, às doze horas e trinta minutos renunciou ao mandato para o qual fora eleito. Os senadores aprovaram a inabilitação política de Fernando Collor por oito anos (SILVA, 2018).

Mesmo com a renúncia, o Congresso votou a favor da perda dos direitos políticos do ex-presidente, afastando-o de cargos eletivos pelo resto da década de 1990. Vale mencionar que, 22 anos após esses fatos, Collor foi absolvido pelo STF das acusações de peculato, corrupção passiva e falsidade ideológica (BLUME, 2015).

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente, na sessão de 24 de abril de 2014, a Ação Penal (AP) 465, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-presidente da República e atual senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), pela suposta prática dos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato, previstos nos artigos 299, 312 e 317 do Código Penal, respectivamente (DIRETO..., 2014).

#### 4 ANÁLISE DOS PLANOS ECONÔMICOS COLLOR I E II

Durante a década de 1980, o País vivia uma grande crise econômica associada à uma dívida externa que devido as altas taxas de juros aumentava a cada ano, juntamente com um processo de inflação crônica, que chegava à 1700% a.a. A nação brasileira que dia após dia, vinha perdendo o poder aquisitivo, e com a economia estagnada, se via em meio ao caos, uma verdadeira situação alarmante, quase que desesperadora, necessitava com a máxima urgência, de medidas econômicas a fim de recuperar a economia.

Assim, começa-se a análise pelo governo de José Sarney (nomeado presidente após a morte de Tancredo Neves). Em seu governo foi adotado o Plano Cruzado I, que teve como principal medida, o congelamento de salários e preços de diversos produtos, de praticamente todos os setores econômicos, incluindo os serviços e o dólar, todos os preços tabelados pelo governo (LONGO, 1994).

E com o governo no controle dos preços dos produtos e serviços, as mercadorias foram ficando escassas, devido ao fato dos empresários e fazendeiros reterem seus produtos, segurando a venda destes. Provocando, assim, o sumiço dos produtos do mercado. Isso fez com que os mercados paralelos surgissem, nos quais era possível comprar as coisas pagando mais (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Com as exportações caindo e importações aumentando, as reservas cambiais esgotaram, e eis que a inflação voltou a disparar. Isso resultou num aumento de preços de combustíveis, de bebidas, de automóveis. Esse conjunto de acontecimentos fez com que o plano mostrasse sinais de fracasso e o Plano Cruzado I falhou definitivamente.

Com o fracasso do Plano Cruzado I, foi colocado em prática o Plano Cruzado II, que teve em seu início a tentativa de alinhar alguns preços de produtos de bens de consumo, e com base no aumento de tarifas e dos impostos, visava controlar o *déficit* público, pelo aumento da receita em 4% do PIB (Produto Interno Bruto) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Portanto, a longa permanência do congelamento resultou no desaquecimento da economia e queda da demanda que em conjunto causou o aumento excessivo de preços, propiciando o ressurgimento da inflação em patamares elevados, ou seja,

superou os 20% a.m., o que levou à queda do ministro Funaro (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Novamente, o congelamento de preços e salários, dessa vez em exagerado tempo, fez o Plano Cruzado II fracassar.

Com a posse de Luiz Carlos Bresser Pereira, o governo Sarney lança o Plano Bresser, este plano, põe em prática o congelamento de preços e salários por três meses (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Nota-se que diferentemente do Plano Cruzado II, que teve um longo período de congelamento, o Plano Bresser estabeleceu um curto período, pois seu objetivo era estabilizar o processo inflacionário, com características dos pontos positivos do Plano Cruzado.

Esse plano dava sinais esperançosos quando a inflação começou a cair. O plano contava com uma flexibilização de preços, com correções mensais de preços e salários, ou seja, com a finalidade de corrigir eventuais desequilíbrios trazidos do plano anterior.

O Plano Bresser estava obtendo um certo sucesso, porém o governo Sarney, com o intuito em conquistar apoio no Congresso e incluir mais um ano em seu mandato, concedeu aumentos salariais aos funcionários públicos, aumentos estes que chegaram a 26%, em termos reais. Com isso, o governo falhou em controlar o *déficit* orçamentário, devido à necessidade de se transferir recursos aos governos estaduais e municipais, cujos *déficits* combinados haviam aumentado 41%, paralelamente aos aumentos dos subsídios às empresas estatais. Essa prioridade acabava impedindo a adoção de medidas de austeridade fiscal. Com seu plano fracassando, Bresser pediu demissão, e em seu lugar foi empossado o Ministro Mailson da Nóbrega (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

Mailson da Nóbrega lançou o Plano Verão, que ficou conhecido como a “Política do feijão com arroz”, pois o Plano Verão não tinha a intenção de fazer grandes mudanças na economia. Seu principal objetivo, assim como nos planos anteriores, era controlar a inflação, porém, o *déficit* público aumentou e a inflação continuou a subir. Isso fez com que as condições econômicas do País ficassem ainda mais difíceis, levando o presidente Sarney a finalizar seu governo com a inflação em alta e a economia em crise ainda maior (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).



#### 4.1 Análise do Plano Collor I

Com o novo governo, entra em vigor o Plano Collor I, que também ficou conhecido como Brasil Novo, nome que o presidente Fernando Collor de Mello preferiu chamar (VILLA, 2016).

O governo Collor trazia consigo como principal objetivo o combate à inflação, havia muita esperança depositada pelo povo brasileiro que elegeu o novo presidente. Todos acreditavam que a experiência proporcionada pelos diversos planos econômicos do governo Sarney, aliado ao aprendizado com seus insucessos sobre a inflação brasileira faria com que o novo governo acertasse nas medidas econômicas melhorando a situação do País (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996).

O Plano Collor I assim como os planos anteriores, criou uma nova moeda, o cruzeiro (a terceira moeda em quatro anos), congelou os preços, medida adotada nos planos anteriores, e, fez algo novo, que não foi feito nos planos do governo Sarney. O governo Collor extinguiu autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Além dessas medidas, Collor proibiu o acúmulo de cargos e adotou um rígido controle de gastos públicos, grande feito, que se poderia dizer que se talvez o governo Sarney tivesse adotado essas medidas, não teria sido um grande fracasso.

O governo Collor aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e extinguiu incentivos fiscais e subsídios que favoreciam alguns setores privilegiados. Todas essas medidas de aumentar os impostos e extinguir os incentivos fiscais e subsídios à alguns setores privilegiados foram com o intuito de ampliar a arrecadação fazendo com que o déficit público aos poucos fosse diminuindo (VILLA, 2016).

O governo Collor adotou medidas que romperam com a política industrial e de comércio exterior, o que soou como enfrentamento a setores cartelizados, rompendo com a política de substituição de importações (VILLA, 2016).

Porém, à medida que mais marcou o governo Collor e que gerou mais polêmica foi o bloqueio por dezoito meses, das contas-correntes e cadernetas de poupança. Esse corte de NCz\$ 50 mil na poupança, fez milhões de correntista terem bloqueados os seus recursos para pagamento das despesas diárias, além dos ativos investidos no *overnight*.

O confisco dos valores depositados na poupança visava diminuir a quantidade de dinheiro circulando na economia. Os valores acima de 50 mil cruzados novos

ficariam confiscados por até 18 meses e, então, seriam devolvidos com juros e correção monetária. Este anúncio do confisco gerou pânico e filas de pessoas nos bancos querendo sacar todo o seu dinheiro para evitar a perda (SILVA, 2018).

A população e, sobretudo, os agentes econômicos foram pegos de surpresa após um feriado bancário prolongado em março de 1990. Essa medida foi imposta com a justificativa de que o dinheiro confiscado teria correção monetária e juros de 6% ao ano. Sendo que quando o dinheiro confiscado fosse liberado, o valor confiscado em cruzados novos seria convertido em cruzeiros, mas muitos titulares de aplicações em poupança alegaram não ter recebido as perdas causadas pela conversão da moeda.

Para quem conseguiu comprovar que tinha dinheiro depositado na poupança, na época do confisco, foram realizados acordos entre os bancos e os interessados, com a mediação da Advocacia-Geral da União e a homologação do STF. Sendo somente para quem já havia entrado com processo (individual ou coletivo), na época em que os acordos foram feitos, é que teria direito ao ressarcimento previsto. O valor do acordo foi de R\$ 10 a R\$ 11 bilhões no total, sendo que, em média, cada pessoa deveria receber R\$ 10 mil. Os ressarcimentos começaram a ser pagos em 2018 (TITULAR..., 2020).

Com o dinheiro físico escasso, os cheques pré-datados eram repassados para várias pessoas, em comercializações acordadas em não depósito do cheque, por falta de saldo líquido, nas contas.

O Plano Collor I, num primeiro momento causou uma estagnação econômica que foi sentida mais fortemente por pessoas que não estavam no mercado de trabalho formal e pela indústria automobilística (VILLA, 2016).

O governo reduziu as tarifas para importação de máquinas e equipamentos, e diversas barreiras legais que dificultavam a nacionalização de tais máquinas e equipamentos foram eliminadas no intuito de modernizar o setor têxtil. As importações de produtos químicos e bens de capital foram isentas de impostos. Ao mesmo tempo, o mercado flutuante de câmbio funcionava como contenção, para evitar uma explosão das importações e dar às indústrias nacionais recursos para melhorarem a produtividade, criando condições para competir com as mercadorias importadas e ter presença no mercado internacional (VILLA, 2016).

Pouco mais de três meses de governo, estourou a primeira crise, com a fusão de três ministérios: Minas e Energia, Transportes e Comunicações, sob o comando do ministro Ozires Silva. Cada um dos antigos ministérios tinham um secretário que se reportava ao ministro. O problema ocorreu na área dos transportes, território das empreiteiras, que determinavam o ritmo das obras públicas. O plano de reformar 15 mil quilômetros de estradas federais, sendo que 60% eram com o SOS Rodovias, com uma intervenção de meio bilhão de dólares, sem licitação, era um sinal de que havia corrupção, em algumas áreas do governo.

A situação do governo Collor chegou num patamar em que o governo precisava manter as medidas de desmonetização e enfrentar o risco de uma recessão, ou remonetizar a economia e enfrentar o risco do retorno da inflação.

Perdendo a guerra contra os preços, tendo a inflação continuado acima das expectativas, Collor estava confiante de que, a partir de agosto de 1990, a inflação cairia e estabilizaria em torno de 3% ao mês, mas os resultados econômicos não foram os esperados pelo Presidente. O quadro se agravou com o anúncio da queda da safra de grãos de 71,4 milhões de toneladas, em 1989, para 61,8 milhões, em 1990 e notícias de que o setor agrícola estava com a estimativa da safra, para 1991, ainda menor. Tais notícias estavam vinculadas a uma frágil política agrícola e aos efeitos do Plano Collor I (VILLA, 2016).

O Ministério da Agricultura recuperou suas atribuições de fixar preços mínimos e definir estoques reguladores do governo na tentativa de contornar a crise. O Ministério da Economia passou a controlar a compra e venda desses estoques, através da Companhia Nacional de Abastecimento, dando as cartas na condução da política de preços.

A ausência de fluxo de capital para possibilitar a manutenção cambial levou a uma necessária intervenção do Banco Central, no mercado cambial, causando uma grande desvalorização do cruzeiro. Isso se deu nos últimos meses do segundo semestre de 1990. Devido à aceleração inflacionária, a taxa de câmbio real sofreu forte valorização, combinada com menores incentivos às exportações, facilidades às importações e à Guerra do Golfo, que fez com que se elevasse o preço do barril de petróleo. Isso deixou o saldo da balança comercial deteriorado (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2011).

O Plano Collor I objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado,

estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano (ANTUNES, 2004).

Porém os maus resultados do Plano Collor I, associados à aceleração da inflação e à dificuldade do governo de colocação de títulos públicos para financiamento, fez com que o governo Collor colocasse em prática o Plano Collor II.

## 4.2 Análise do Plano Collor II

O Plano Collor II foi o reconhecimento da falência de medidas imediatas e contingenciais do Plano Collor I (ANTUNES, 2004).

Foi o reconhecimento de que as frenéticas tentativas de acabar com o alto índice inflacionário a todo custo, sem fazer uma análise prévia das possíveis ações equivocadas, sem pensar nas consequências, as quais podiam ser enquadradas como tentativas desesperadas, não analisadas, previamente, poderiam piorar ainda mais a situação da economia brasileira. Economia, esta, que não estava reagindo conforme o esperado, e foi, então, que se criou um novo plano, no qual se depositava a esperança de um desfecho mais positivo.

O governo fez mais uma tentativa heterodoxa de estabilização, basicamente mexendo no mercado financeiro do País. O ministério da economia era comandado por Zélia Cardoso de Melo, e eis que surge o Plano Collor II. Este plano, por sua vez, visava eliminar o *overnight*, entre outras formas de indexação da economia. O governo impôs novamente um congelamento de preços, desta vez, com base em 30 de janeiro de 1991. Para isso, houve a criação de um deflator, reascendendo a esperança do governo sobre as medidas adotadas, criando uma expectativa positiva sobre a economia brasileira num primeiro momento (VILLA, 2016).

O Plano promoveu uma drástica redução nos meios de pagamento, retirando de circulação algo como US\$ 115 bilhões dos US\$ 150 bilhões que se encontravam aplicados principalmente no "*overnight*", poupança e fundos de curto prazo. O *overnight* foi substituído pelo Fundo de Aplicação Financeira (FAF), regulado pelo governo, com maior direcionamento para títulos públicos federais e estaduais garantidos pelo BACEN.

Neste primeiro momento o Plano Collor II conseguiu com que a taxa de juros baixasse e conseguiu vender títulos públicos; também paralisou a taxa de câmbio, mesmo com a taxa de câmbio paralisada, não interrompeu as exportações.

O Plano Collor II diminuiu em 10 % as despesas estatais, refinanciou as dívidas dos Estados e Municípios inadimplentes com o Governo Federal, decretou aumento significativo das tarifas públicas, aperfeiçoou o combate à sonegação de impostos e, ainda, determinou a indisponibilidade de 90% dos recursos de investimentos do orçamento da União e da previdência social. Medidas essas que foram adotadas na tentativa esperançosa de reduzir o *déficit* público.

Mesmo com a adoção das medidas acima, a inflação voltou a acelerar, e o governo então decidiu trocar a equipe econômica, na esperança de conseguir trazer confiança do mercado financeiro para o governo. Houve a troca da ministra da economia, Zélia, que foi substituída, no Ministério da Fazenda, por Marcílio Marques Moreira que assumiu em maio de 1991.

Foi no governo Collor que se iniciaram mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. Período esse caracterizado por um processo de abertura comercial abrangente, que se estendeu até o governo Fernando Henrique Cardoso. A integração comercial brasileira vinha ocorrendo no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracterizava, principalmente, pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns) (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

O País assumiu posturas protecionistas, mas também assumiu posturas mais liberais, e, assim administrar questões internas, tais como *déficits* na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas etc. Entre 1957 e 1988, a “estrutura tarifária no Brasil caracterizou-se pela vigência de dispersão média e modal elevadas; pela incidência de redundância em toda a cadeia produtiva, decorrente da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não-tarifárias; e por uma expressiva estabilidade das alíquotas. Esse período caracterizou-se pelo protecionismo atrelado à política de substituição de importações, principalmente na década de 1970, devido à crise do petróleo (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

### **4.3 Abordagem Conclusiva**

Pelo que se pode notar ao longo dos anos e de todos os planos econômicos lançados pelos governos Sarney e Collor, é todos tinham como principal objetivo o

combate à inflação. Havia muita esperança depositada pelo povo brasileiro que elegeu cada novo presidente (José Sarney, que tomou posse após a morte de Tancredo Neves, e Fernando Collor de Melo, eleito nas eleições de 1989, assumindo o governo em março de 1990).

Então, ao se verificar na análise feita anteriormente dos planos Collor I e II pode-se concluir que num primeiro momento as medidas adotadas tiveram bons resultados, devido a criação uma nova moeda (o cruzeiro), o congelamento dos preços, extinção de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a proibição de acúmulo de cargos, e a adoção de um rígido controle de gastos públicos. O governo Collor acertou quando aumentou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e extinguiu incentivos fiscais e subsídios que favoreciam alguns setores privilegiados, bloqueou por dezoito meses, NCz\$ 50 mil das contas-correntes e cadernetas de poupança, além dos ativos investidos no *overnight*.

Com isso, pode-se concluir que as causas do fracasso do Plano, foram: a aceleração da inflação e à dificuldade do governo de colocação de títulos públicos para financiamento juntando a ausência de fluxo de capital para possibilitar a manutenção cambial que levou a uma necessária intervenção do Banco Central, no mercado cambial, causando uma grande desvalorização do cruzeiro. Devido à aceleração inflacionária, a taxa de câmbio real sofreu forte valorização, combinada com menores incentivos às exportações, facilidades às importações e à Guerra do Golfo, que fez com que se elevasse o preço do barril de petróleo. Isso deixou o saldo da balança comercial deteriorado, pôs fim ao Plano.

Num momento mais ofensivo do governo, no Plano Collor II, houve redução nos meios de pagamento, retirando de circulação bilhões de dólares que se encontravam aplicados principalmente no "*overnight*", poupança e fundos de curto prazo. O *overnight* foi substituído pelo Fundo de Aplicação Financeira (FAF), regulado pelo governo, com maior direcionamento para títulos públicos federais e estaduais garantidos pelo BACEN, a taxa de juros baixou e o governo conseguiu vender títulos públicos; paralisou a taxa de câmbio, mesmo com a taxa de câmbio paralisada, não interrompeu as exportações. Também diminuiu em 10 % as despesas estatais, refinanciou as dívidas dos Estados e Municípios inadimplentes com o Governo Federal, decretou aumento significativo das tarifas públicas, aperfeiçoou o combate à

sonegação de impostos e, ainda, determinou a indisponibilidade de 90% dos recursos de investimentos do orçamento da União e da previdência social.

O País assumiu posturas protecionistas, mas também assumiu posturas mais liberais, e, assim administrar questões internas, tais como *déficits* na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas, etc.

A integração comercial brasileira ocorreu no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracterizava, principalmente, pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns). Foi no governo Collor que se iniciou mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira, a abertura comercial abrangente, que se estendeu até o governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, todas as medidas adotadas nos Planos Collor I e II tiveram grande impacto econômico, político e social no País, durante o governo Collor. Nesse sentido, foram de grande importância para a economia brasileira, pois tiveram impactos positivos em vários dos seus aspectos, e mesmo os pontos negativos, sobretudo, no confisco dos ativos, deixaram importantes lições do que não se deve fazer em política macroeconômica.

## 5 CONCLUSÃO

A experiência proporcionada pelos diversos planos econômicos do governo Sarney, a criação de novas moedas, as medidas eficientes e não eficiente sobre a inflação brasileira faria com que o novo governo acertasse nas medidas econômicas melhorando a situação do País.

Neste trabalho, foi descrito um breve histórico dos planos econômicos anteriores ao governo Collor e demonstradas as medidas econômicas adotadas no Plano Collor I e no Plano Collor II, fazendo as devidas análises das políticas econômicas adotadas pelo seu governo.

No decorrer deste trabalho, com a descrição sobre o governo Collor, pode-se concluir que suas diversas tentativas, esforços, medidas econômicas e medidas adotadas para o controle da inflação e de outros agregados macroeconômicos foram de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, atingindo o objetivo da pesquisa.

O Plano Collor I com sua recessão violenta, enxugamento de liquidez e o arrocho salarial abriu caminhos para estancar o processo inflacionário. Precisava de uma medida mais ofensiva, mas devido aos maus resultados, precisou implementar o Plano Collor II que foi mais preciso, mexendo basicamente no mercado financeiro.

Dentre e medidas ineficiente e eficientes, houve a criação de uma nova moeda e outras medidas que tiveram impacto positivo, como a busca do controle do *déficit* público, mas de impacto negativo como o confisco dos ativos financeiros, apesar das boas intenções. Collor com seu conjunto de reformas, teve vários acertos num princípio de governo, mas suas medidas fracassaram ao longo do tempo. Buscou alterar a política cambial, adotando o sistema de câmbio flutuante, no qual era possível a interação entre oferta e demanda. O Banco Central podia atuar no mercado comprando e vendendo moeda estrangeira.

O governo Collor introduziu uma política de comércio exterior que foi adotada nos anos 1990, com tarifa aduaneira e a taxa cambial de cunho mais liberal, algo que pode ser entendida como uma de suas principais medidas. A administração Collor retomou o pagamento da dívida externa como estratégia e como uma pré-condição de integração do País na economia mundial.

Nesse sentido, é possível acreditar que se o Presidente Collor não tivesse se envolvido nos escândalos de corrupção e desvio de recursos públicos, poderia ter



levado seu governo até o final, pois teve mais eficiência do que ineficiência em seu governo.

O Presidente foi acusado de estar envolvido em uma rede de corrupção de desvio de recursos públicos, escândalos e denúncias de corrupção que fez com que o povo almejasse o seu *impeachment*. Os estudantes saíram à rua de cara pintada como uma forma de protesto contra o presidente que havia discursado em rede nacional pedindo à nação brasileira para sair às ruas de cara pintada de verde e amarelo para defender seu governo. No entanto, o povo saiu às ruas de preto, em sinal de protesto, pedindo o *impeachment* do Presidente que foi eleito com o discurso de caçador de marajás, contra a corrupção.

Por fim, diante do exposto, pode-se concluir que o presente trabalho conseguiu responder ao problema de pesquisa e atingiu os objetivos propostos, pois demonstrou a importância das medidas econômicas adotadas no governo Collor através dos Planos Collor I e II, para a economia brasileira, até o *impeachment* do Presidente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **A Desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

BLUME, Bruno André. Por que Collor sofreu impeachment?. **Politize!**, [s./], 22 set. 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impeachment-collor-porque-sofreu/>. Acesso em: 03 maio 2020.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. **Brasil: Ordem & Caos (Reflexões em Épocas de Crise sobre um Futuro Grande País).** Porto Alegre: AGE/FACTEC, 1993.

CYSNE, Rubens Penha. Plano Collor: Contrafactualidade e Sugestões sobre a Condução da Política Monetária Fiscal. **R. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 382-395, 1990.

DIRETO do Plenário: Julgada improcedente ação penal contra ex-presidente Fernando Collor. **Notícias STF**, Brasília, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=265383>. Acesso em: 12 maio 2020.

GIAMBIAGI, MOREIRA, **A economia Brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDS, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea: Para cursos de Economia e Administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidades.** São Paulo: Atlas, 2001.

LONGO, Carlos Alberto. **Economia Brasileira: A Transição Inacabada.** São Paulo: Atlas, 1994.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária.** São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de , **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia.** São Paulo, Papirus, 1994.

PLANO Collor II. **Portal Educação**, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/plano-collor-ii/29585>. Acesso em: 04 nov. 2019.

REALE, Miguel. **De Tancredo a Collor**. São Paulo: Siciliano, 1992.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999. 208.

RODRIGUES, Bruno Gonçalves. Entenda a diferença entre as políticas fiscal, monetária e cambial. **Politize!**, [s./], 24 jan. 2017a. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politica-fiscal-monetaria-e-cambial/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RODRIGUES, Natália. Governo de Fernando Collor. **InfoEscola**, [s./], 21 nov. 2017b. <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-collor/>. Acesso em: 10 maio 2020.

RÚCKERT, I. N. J.; MOREIRA, E. M. Políticas monetária e fiscal: as duas grandes /âncoras" do plano Brasil novo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 42-49, 1990.

SILVA, Daniel Neves. Governo Collor. **Brasil Escola**, Goiânia, 06 maio 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-collor.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

TITULAR de caderneta vai perdoar Collor?. **Monitor Mercantil**, Rio de Janeiro, 18 maio 2020. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/titular-de-caderneta-vai-perdoar-collor>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VILLA, Marco Antonio. **Collor Presidente: Trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção**. Rio de Janeiro: Record, 2016.